

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 28/XV/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de outubro de 2022, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição de Peticionários

[Petição n.º 24/XV/1.ª](#) - Pelo fim da empresa intermunicipal de Águas do Alto Minho.

Relator: Deputado Guilherme Almeida (PSD)

O Senhor Deputado **Guilherme Almeida (PSD)**, relator da petição supra identificada, começou por dar as boas-vindas aos peticionários que participaram na reunião por videoconferência: Cláudia Labrujó (1.ª Peticionária), Pedro Costa, Guilherme Manuel e o advogado Paulo da Cunha Esteves, assinalando o número expressivo de cidadãos que a ela aderiram: 6944 na fase inicial e 8338 a final. Explicou a metodologia adotada para a realização daquela [audição](#) e deu de seguida a palavra à primeira peticionária.

Interveio em primeiro lugar Pedro Costa, que utilizou uma [apresentação powerpoint](#). Também usou da palavra Cláudia Labrujó, que destacou o facto de haver municípios com dois débitos diretos, sem que para isso tenham dado autorização, para pagamento de faturas relacionadas com a água, acionados pelo município de Valença, no seu caso, e pelas Águas do Alto Minho, o que é incompreensível. Lembrou ainda que o Dr. Jorge Mendes, ex-presidente da Câmara Municipal de Valença, acumulou funções até janeiro de 2021 no conselho fiscal das Águas do Alto Minho e Deputado à Assembleia da República pelo PSD.

De seguida, intervieram os seguintes Senhores Deputados:

- **Paula Santos (PCP)**: saudou os peticionários. Considerou que a situação descrita acarreta graves prejuízos para a população. Disse que o Grupo Parlamentar do PCP se opôs à criação da empresa Águas do Alto Minho e entende que a mesma deve ser dissolvida com reversão dos serviços que presta para os municípios.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 28/XV/ 1.ª SL

- **Palmira Maciel (PS)**: saudou igualmente os peticionários e agradeceu o direito de cidadania que exerceram ao apresentarem a petição em apreço. Em sua opinião, não é o direito à água que está em causa e quis saber se, com o decorrer do tempo, algumas das preocupações evidenciadas estão ou não resolvidas.
- **Emília Cerqueira (PSD)**: começou por cumprimentar os peticionários, dando uma nota prévia de que é eleita pelo PSD pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo. Confirmou que em março de 2020 foi a primeira pessoa que pediu a demissão da administração das Águas do Alto Minho nomeada pelo Ministro Matos Fernandes e que os factos ocorridos foram fruto da incompetência dessa administração. Três administrações depois, a empresa Águas do Alto Minho fez o seu caminho, razão pela qual quis saber se, tirando algumas situações em resolução até junto dos tribunais, se pode falar numa certa normalidade de funcionamento.
- **Bruno Nunes (CH)**: também cumprimentou os peticionários e esclareceu que, para o CH, as águas não devem ser privatizadas, mas sim continuar na esfera privada. Expressou a opinião de que existe falta de política de gestão da água, o que acaba por ter consequências na envolvência dos municípios. Relativamente à petição, considerou que há questões que estão na esfera do poder local, relativamente às quais não deve haver interferência.
- **Pedro Filipe Soares (BE)**: cumprimentou os peticionários e deu nota de que o BE acompanha na totalidade as suas pretensões. Disse que ainda recentemente foi apresentado pelo BE um projeto de resolução para a remunicipalização desta distribuição de água às populações. Concluiu dizendo que, com a petição, espera que haja a garantia de um melhor serviço às populações.

Interveio a final o Dr. Paulo Jorge da Cunha Esteves, que explicou que a Águas de Portugal é uma empresa de natureza privada, detida pela Parvalorem, que deu cerca de 70 milhões de euros de lucro por ano, os quais são suportados pelas populações. Interveio igualmente Cláudia Labrujó.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 28/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado **Guilherme Almeida (PSD)** agradeceu a disponibilidade dos peticionários para participarem naquela audição bem como os esclarecimentos dados e informou que, em virtude do número atual de subscritores da petição, a mesma será oportunamente, e depois de apreciado e votado o respetivo relatório final em Comissão, debatida em Plenário.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 14:53 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 dezembro 2022.

P/O DEPUTADO RELATOR

(GUILHERME ALMEIDA)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 28/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Guerreiro (PS)
João Azevedo (PS)
Firmino Marques (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Paula Santos (PCP)
Palmira Maciel (PS)
Guilherme Almeida (PSD)
Pedro Filipe Soares (BE)
Emília Cerqueira (PSD)